

# Os Intelectuais e o Poder

**Nildo Viana**

A ligação entre os intelectuais e o poder já foi denunciada várias vezes. Historicamente, os intelectuais, ou “ideólogos”, segundo expressão de Marx, surgiram a partir da expansão da divisão social do trabalho e sempre estiveram ao lado da classe dominante. Embora o conceito de intelectuais seja pouco claro, podemos definir os intelectuais enquanto uma classe social composta pelos indivíduos dedicados exclusivamente ao trabalho intelectual. Tal classe social assume formas diferentes em sociedades diferentes. No entanto, em todas as sociedades, os intelectuais fazem parte das classes sociais privilegiadas, sendo sempre uma classe auxiliar da classe dominante. No capitalismo, os intelectuais são trabalhadores assalariados improdutivos, no sentido marxista do termo, isto é, trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de um salário mas não produzem mais-valor. Os salários dos intelectuais são muito maiores do que dos trabalhadores produtivos (proletários) e de outras setores da sociedade. A definição do salário dos intelectuais está ligada, por um lado, ao custo de reprodução desta força de trabalho específica e, por outro, às suas ligações com o Estado capitalista e demais instituições da sociedade burguesa, isto é, por sua utilidade para os interesses da classe dominante. A função dos intelectuais é produzir e/ou reproduzir determinados saberes que são de interesse daqueles que detém o poder.

O surgimento dos intelectuais ocorre com a separação entre trabalho intelectual e manual. Os intelectuais passam a se dedicar ao trabalho intelectual e o produto do seu trabalho é a ideologia (MARX e ENGELS, 2002). A ideologia é uma expressão sistemática da falsa consciência da realidade. A falsa consciência existe e é produzida e reproduzida por todas as classes sociais, o que significa que não é produção dos intelectuais. O que estes produzem é um processo de sistematização desta falsa consciência, transformando as representações ilusórias existentes em saber sistemático, como filosofia, teologia, ciência. Este processo pode ser exemplificado pela crítica que Marx fez aos economistas: eles traduzem para a linguagem da ciência econômica as representações cotidianas – e ilusórias – dos agentes do processo econômico (MARX, 1988). Uma ideologia, uma vez produzida, passa a legitimar as relações sociais existentes, cumpre o papel de naturalizá-la e universalizá-la, sob uma forma também considerada legítima, a forma científica, filosófica, teológica. Assim, um saber legítimo

realiza a legitimação das relações sociais existentes. O discurso dos intelectuais possui uma legitimidade devido ao fato de ser considerado verdadeiro, superior. A legitimidade do discurso do intelectual se encontra na sua auto-declarada capacidade de monopolizar a veiculação da verdade, através da razão, da interpretação da palavra de Deus, da pesquisa empírica, ou qualquer outra justificativa, ela mesma ideológica, mas aceita socialmente. Os intelectuais estão sempre ligados à burocracia e a passagem de um intelectual para a burocracia (estatal, privada, etc.) é bastante corriqueira, tendo em vista que o “capital cultural”, para utilizar expressão dos sociólogos Bourdieu e Passeron (BOURDIEU E PASSERON, 1982), é um meio de se conquistar cargos de direção no Estado ou nas instituições da sociedade burguesa.

Posto isto, fica claro o papel conservador dos intelectuais numa determinada sociedade concreta. A produção intelectual é subordinada aos interesses da classe dominante e por isso não tem o menor sentido a ficção segundo a qual os intelectuais seriam um setor progressista da sociedade, ou então a de que a educação, a produção científica, etc., seriam elementos que contribuiriam com a emancipação humana. Os intelectuais, por sua posição social e os interesses e valores derivados dela, são agentes da conservação e não da transformação.

A suposta “liberdade” ou “autonomia” dos intelectuais também é outra ficção. Na verdade, os intelectuais são tão condicionados e determinados quanto qualquer outra classe social. O sociólogo Karl Mannheim defendeu a tese da autonomia dos intelectuais e de que eles teriam a possibilidade de produzir um saber superior ao das demais classes sociais (MANHEIM, 1982). Os intelectuais possuem seus interesses próprios, particulares, ligados aos interesses da classe dominante. Os interesses dos intelectuais são manter uma posição privilegiada na sociedade, altos salários, status, etc. A própria existência dos intelectuais e de seus privilégios depende da conservação da sociedade atual, o que significa que os intelectuais estão indissoluvelmente ligados ao poder. A sua autonomia, por conseguinte, é fictícia. No entanto, faz parte da lógica dos seus interesses produzir o discurso de sua autonomia, pois assim escamoteia sua ligação com o poder e ganha legitimidade. A idéia da autonomia dos intelectuais é uma ideologia produzida pelos intelectuais e para os intelectuais, o que também é interesse da classe dominante. Assim, os intelectuais são uma classe auxiliar da burguesia mas deve ocultar esta relação.

A tese da autonomia dos intelectuais já foi defendida inúmeras vezes e sob as

mais variadas formas. Realmente, os intelectuais possuem uma autonomia relativa, como todos os indivíduos, grupos e classes sociais em nossa sociedade. No entanto, também como todas as demais classes sociais, a intelectualidade visa se autonomizar, seja aumentando sua renda e privilégios, seja querendo se tornar uma nova classe dominante. É por isso que surgem ideologias que afirmam que os intelectuais devem ser os dirigentes da sociedade, desde Platão (1978) e sua *A República* até Lênin (1978), e sua obra *O Que Fazer?*, retomando a tese kautskista de que a consciência socialista é produzida pelos intelectuais pequeno-burgueses. Em outras palavras, os intelectuais possuem o desejo de se tornar burocratas (dirigentes) ou nova classe dominante e os burocratas buscam legitimar sua dominação através do discurso sobre o saber. Aqueles que sabem devem dirigir. Daí a eterna aliança entre burocratas e intelectuais.

Poucos são os intelectuais que denunciam a si mesmos. Geralmente a crítica aos intelectuais é proveniente de não-intelectuais. Obviamente que estamos nos referindo aos intelectuais enquanto classe social, isto é, aqueles que, segundo Gramsci, exercem a função de intelectuais, e não qualquer pessoa que realiza uma produção intelectual, pois nesta acepção mais ampla, como bem colocou Gramsci (1977), todos são intelectuais. Uma das críticas mais fortes aos intelectuais (intelectualidade ou intelligentsia) enquanto grupo social foi a realizada por Jan Wancław Makhaïsky (1981). Ele realizou uma análise marxista dos intelectuais, observando os seus altos rendimentos e a fonte de tais rendimentos: a renda nacional e esta, por sua vez, é oriunda da exploração capitalista, isto é, da extração de mais-valor da classe operária. O nível de vida quase burguês dos intelectuais é derivado de sua apropriação de parte do lucro patronal, de parte do mais-valor global. Se esta intelectualidade se diz “socialista”, ela visa concentrar os meios de produção nas mãos do Estado, para assim garantir a apropriação de uma parte maior do mais-valor global. Makhaïsky anunciou profeticamente o destino da Rússia ao criticar o bolchevismo e ser perseguido pelo Partido Bolchevique. A Revolução Bolchevique e a burocratização que lhe acompanhou gerou diversos estudos sobre a “nova classe” e sobre a burocracia e a intelectualidade. Em 1973/1974, o sociólogo Ivan Szelenyi e o romancista George Konrád (1981) escreveram *Os Intelectuais e o Poder*, expressando a tese de que a intelligentsia se torna uma classe que cada vez mais reduz sua distinção com a burocracia no “socialismo real” do Leste Europeu. Estes e muitos outros estudos tematizaram a intelectualidade e revelaram, com maior ou menor exatidão, as relações entre esta classe social e o poder.

Porém, é preciso deixar claro que existe uma distinção entre indivíduo e classe social. A intelectualidade, enquanto classe social, é conservadora, o que não quer dizer que todos os intelectuais, ou seja, todos os indivíduos pertencentes a esta classe, sejam conservadores. O indivíduo possui uma autonomia relativa e, dependendo do desenvolvimento de sua consciência, valores, interesses, pode, mesmo pertencendo a uma classe social conservadora, romper com a reprodução das concepções desta. Obviamente que apenas uma minoria poderia realizar tal processo, pois a posição social da intelectualidade predispõe todos os indivíduos que a compõe ao conservadorismo. No entanto, vários indivíduos podem romper com isso, devido ao seu processo histórico de vida, desde a origem de classe, relações familiares, desenvolvimento da consciência, ligações com pessoas, a percepção de que apesar dos privilégios também está submetido à alienação, ao modo de vida degradado do mundo contemporâneo e ao processo de desumanização, entre outros fatores, podem contribuir com isso.

E o que podem fazer os intelectuais que rompem com o conservadorismo de sua classe? Não se trata de abandonar o próprio pertencimento de classe, pois não é esta a questão. O intelectual, neste caso, deve realizar um engajamento na luta pela transformação social e abolição das classes em geral, inclusive da própria. Isto pode ser feito sob as mais variadas formas, desde a ação política concreta até a própria atividade profissional, direcionada para a crítica das ideologias, da burocracia e do próprio papel do intelectual na sociedade moderna. A articulação do intelectual com o movimento operário, os movimentos sociais, as lutas políticas concretas também assume importância neste contexto. Além disso, é fundamental a contribuição com o desenvolvimento do pensamento complexo no sentido de desvendar as diversas formas de dominação e reprodução da exploração e opressão. Assim, os intelectuais deixam de ser serviais do poder e passam a ser críticos do poder e este é o papel do intelectual que supera os seus interesses imediatos e egoístas e passa a defender os interesses gerais da humanidade, que são também seus interesses, contribuindo, assim, com a emancipação humana.

### **Referências Bibliográficas**

- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 3ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- MARX, Karl. *O Capital*. 3ª edição, 5 vols. São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J-C. *A Reprodução*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.  
PLATÃO. *A República*. São Paulo, Hemus, 1974.; LÊNIN, W. *Que Fazer?* São Paulo, Hucitec, 1978.

GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

MAKHAÏSKY, J. W. *O Socialismo de Estado*. in: TRAGTENBERG, M. (org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

KONRAD, George e SZELENYI, Ivan. *Los Intelectuales y el Poder. "Intelligentsia" y Poder de Clase em los Países Socialistas Europeos*. Barcelona, Ediciones Península, 1981.

Nildo Viana

Prof. da UEG - Universidade Estadual de Goiás  
Doutor em Sociologia/UnB